

MULHERES AFRICANAS NA LIDERANÇA: PRESENÇA E INFLUÊNCIA NA UNIÃO AFRICANA¹

Edna Diogo Cristóvão²

RESUMO

Este artigo, lança luz a liderança feminina africana, objetivando teorizar a questão de gênero. Especificamente, busca contribuir para a quebra de paradigmas que cercam o papel da mulher no contexto político de modo que as diferenças deixem de ser normalizadas/romantizadas. Com isso, o artigo visa fazer uma análise sobre a presença e influência das mulheres africanas na União Africana, e, tem como objetivo analisar quais são os desafios que as mulheres africanas têm encontrado para ocuparem o lugar de liderança da União Africana. Como pergunta norteadora, o artigo procura entender qual é o impacto da presença de mulheres na UA, no tocante à igualdade de gênero e como impacta o plano de ação da organização do ponto de vista continental e internacional e contribui para a geração de políticas públicas de igualdade de gênero permitindo que mais mulheres cheguem ao mesmo e influenciar outras mulheres. Partimos da hipótese de que a presença de mulheres africanas no cargo de liderança da União Africana “empodera” a entidade para gênero. Para fortalecer a nossa pesquisa, usaremos a teoria feminista porque acreditamos ser a mais adequada para responder ao nosso problema de pesquisa, sendo que ela trata de analisar o fenômeno a partir de uma perspectiva centrada nas mulheres. Com isso, para aplicarmos esta teoria usaremos fontes ligadas a literatura que apresentam debates sobre mulheres e liderança feminina africana, partindo de textos de Oyewumi (1997), Diop (2014) e Nascimento (2008-2009). Entretanto, para a concretização da pesquisa os procedimentos metodológicos adotados serão a pesquisa bibliográfica e documental, com análise qualitativa de dados.

Palavras-chave: mulheres - atividades políticas - África; União Africana; mercado de trabalho.

ABSTRACT

This article sheds light on African female leadership, aiming to give more visibility to the gender issue. Specifically, it seeks to contribute to breaking paradigms surrounding the role of women in the political context so that differences are no longer normalized/romanticized. Therefore, with this, the article aims to analyse the presence and influence of African women in the African Union and aims to analyse what are the challenges that African women have encountered to occupy a leadership position in the African Union. Therefore, as a guiding question, the article seeks to understand how the presence of African women in the leadership of the African Union impacts the organization's action plan from a continental and international point of view and contributes to the generation of public policies on gender equality, allowing that more women reach the same and influence other women. As for our hypothesis, it assumes that the presence of African women in the leadership position of the African Union empowers the entity for gender equality. To strengthen our research, we will use feminist theory because we believe it is the most adequate to respond to our research problem, since it tries to analyse the phenomenon from a perspective centred on women. Therefore, to apply this theory, we will use sources linked to the literature that present debates about women and African female leadership, starting from texts such by Oyèwùní (1997), by Diop (2014) e Nascimento (2008-2009). However, to carry out the research, the methodological procedures adopted will be bibliographical and documentary research, with qualitative data analysis.

Keywords: women - political activities - Africa; African Union; labor market.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Rutte Tavares Cardoso Andrade.

² Bacharela em Humanidades e graduanda em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

É desafiador a discussão sobre mulheres africanas na liderança, porque historicamente diferente das outras sociedades em que a liderança foi percebida e rotulada como um papel pertencente a figura masculina, no continente africano é diferente, o papel de liderança não pertencia a nenhuma figura, pois tal como os homens as mulheres africanas sempre ocuparam lugar de liderança isso antes do tráfico de escravizados.

Este artigo visa trazer uma análise sobre a presença e influência das mulheres africanas na União Africana, e, visa, analisar quais são os desafios que as mulheres africanas têm encontrado para ocuparem lugar de liderança da União Africana, bem como entender como as que estão nos lugares de liderança têm influenciados outras mulheres.

Como pergunta norteadora, o artigo procura entender de que forma a presença de mulheres africanas na liderança da União Africana impacta o plano de ação da organização do ponto de vista continental e internacional e contribui para a geração de políticas públicas de igualdade de gênero permitindo que mais mulheres cheguem e influenciam outras mulheres.

Para Oyěwùmí (2004) o termo mulheres foi criado pela sociedade patriarcal (ocidental?) usando um discurso para torná-las o “outro” e destruir a sua capacidade de manter a igualdade com os homens em sociedades colonizadas, sendo esta a herança do mundo pós-colonial. As sociedades africanas se organizavam de maneira patriarcal, cujas lideranças que governam os Estados eram sempre homens, as imagens retratam homens centralizados em posições favorecidas e as mulheres sempre subordinadas a eles. Caracterizando uma visão machista de superioridade masculina.

No entanto, hoje, em pleno século XXI, as mulheres africanas vêm cada vez mais se destacando em cargos de liderança, estando em evidência e conquistando seu lugar no mercado de trabalho, ocupando espaços de destaques e assumindo papéis que outrora eram pertencentes exclusivamente a homens. A vivência das mulheres africanas é marcada por processos de luta, superação e conquista, desde a colonização até aos dias de hoje, na procura de uma maior inserção nas questões públicas.

Partindo destes pressupostos, o presente artigo parte da premissa, que a presença de mulheres africanas em cargos de liderança da União Africana empodera a entidade para a igualdade de gênero. Sendo que a União Africana uma organização continental de alguma forma acaba tendo um impacto muito grande na participação das mulheres na política.

Para o presente trabalho, usaremos a metodologia qualitativa exploratória, com levantamento bibliográfico e documental que nos permitirá fazer análise de todo tipo de material existente sobre o tema.

Com a pesquisa documental e bibliográfica se pretende observar como está a presença das mulheres africanas na liderança da União Africana e pretendemos verificar os decretos, discursos, documentos públicos, publicações parlamentares, feitos sobre a presença das mulheres na liderança da organização

A escolha desta temática se ancora em vários motivos que transcendem a esfera acadêmica. Nascida e crescida num meio em que fui constantemente limitada, onde os ensinamentos aprendidos culminaram para futuramente ser uma mulher que serviria a alguém, diante deste processo de desconstrução me inclino para aprender/conhecer e buscar outras epistemologias que não estejam centralizadas em realidades que outros momentos eram ocultos de mim, para escrever novas histórias a partir de realidades invisibilizadas e alicerçadas em outras compreensões que vão além do eurocentrismo.

Com isso, o trabalho será relevante porque acredito que é necessário ressignificar os papéis impostos entre mulher e homem para termos uma sociedade mais justa e também porque vai trazer novas perspectivas para pensar sobre a liderança feminina africana. A escolha da União Africana foi porque a UA é a organização continental mais antiga de África e uma das mais antigas entre os continentes e também pela influência que a mesma tem perante o continente africano.

2 MULHERES AFRICANAS E OS LEGADOS DA ANCESTRALIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A CULTURA E PROCESSOS HISTÓRICOS

Ao pensarmos a constituição histórica da liderança feminina africana percebe-se que desde antes do tráfico de escravizados, isso no século XV ao XIX, as mulheres africanas já lideravam e ocupavam lugares de destaque nas sociedades. Segundo Anta Diop (2014), a família africana, na sua grande maioria, foi historicamente estruturada pela matrilinearidade onde as mulheres eram as protagonistas e exerciam papéis relevantes na sociedade. As mulheres eram vistas como pilares das comunidades, desempenhavam funções sociais, políticas, econômicas e espirituais.

Portanto, Segundo Nah Dove (1998) “o conceito de matriarcado destaca o aspecto da complementaridade na relação feminino-masculino em todas as formas de vida, que é entendida

como não hierárquica. Onde tanto mulher como homem trabalham juntos em todas as áreas de organização social. “[...] A mulher é reverenciada em seu papel como mãe quem é a portadora da vida, a condutora para a regeneração espiritual dos antepassados, a portadora da cultura, e o centro da organização social” (DOVE, 1998, p. 8).

No entanto, ainda de acordo com Diop (2014), essa dinâmica foi desestruturada pela colonização europeia, introdução de valores patriarcais externos e por outros fatores externos como o advento de religiões que passaram a predominar no continente, tais como: Islão e Cristianismo:

Nesta mesma conjuntura, as religiões tradicionais africanas foram substituídas pelo cristianismo e as culturas praticadas por diversas etnias africanas eram consideradas diarcacas, exóticas e associadas ao primitivismo, no entanto, para eles, era necessário implantar o cristianismo de forma a salvar alma dos africanos do pecado e para que possa civiliza-se e libertá-los da selvageria conforme os europeus pensavam (LAUER; ANYIDOHO, 2016, p. 36).

A evasão dos europeus em África, possibilitou a transformação das sociedades africanas. Com a imposição de sistemas europeus, reduziu o status das mulheres, excluindo-as de posições de poder e promovendo normas patriarcais. A chegada da religião influenciou a visão sobre o papel da mulher, reforçando hierarquias de gênero. Portanto, este sistema patriarcal ainda persiste nas sociedades africanas, onde as mulheres são subordinadas e manipuladas desde a nascença. Em algumas sociedades africanas o sistema patriarcal ainda tem um grande potencial, condicionando assim as mulheres aos espaços públicos.

Partindo desta linha de pensamento é que o presente trabalho é norteado por raízes do afrocentrismo teoria gerada pelo afro-estadunidense Dr. Molefi Asante, que reflete sobre a centralidade, agência e espiritualidade das comunidades africanas (continentais e diaspóricas) abrindo caminhos para repensar da caixa conceitual que tinha aprisionado os africanos no paradigma ocidental (ASANTE, 2016) para finalizar esta pesquisa, de acordo com Oyěwùmí (2004) entendemos que é preciso prover esforços para seguir novos direcionamentos.

A afrocentricidade gira em torno da cooperação da coletividade, da comunhão, das massas oprimidas, da continuidade cultural, da justiça restaurativa, dos valores e da memória como temos para a exploração e o avanço da comunidade humana. Estes valores baseiam-se numa plena compreensão das ideias culturais africanas e baseiam-se no estudo e reflexão de sociedades africanas específicas, de modo transgeracional e transcontinental (ASANTE, 2016, p. 4).

Por sua vez, Naentrem Sanca (2020) argumenta que nas décadas de 1960 até 1970, as mulheres africanas se depararam com um dos maiores e mais importantes eventos, não só para

o seu destino, mas também para todo o território africano, a luta pela colonização e independência, resultou de grandes grupos ativistas de mulheres de vários países do continente africano, unidos sob a bandeira da descolonização europeia no continente africano. Além disso, as mulheres africanas como membros indissociáveis participaram do processo de libertação, sendo reconhecidas pelo mérito de sua luta nos seus países. Entretanto, logo após as lutas, as mulheres viveram excluídas dos espaços públicos, esse lugar não era um lugar para elas (SANCA, 2020).

Diante do exposto, Josimara Vilela (2015) acredita que os estereótipos criados acerca da figura feminina representa um aspecto negativo para uma maior inclusão na política, as mulheres possuem barreiras em relação ao exercício da liderança, pois a baixa participação feminina em posições de gerência na política induz a existência de fatores que interferem no desempenho da mulher em posições elevadas.

Desse modo, entendemos tal como observou Nilsio Correia (2020), o sistema patriarcal legitimou a dominação masculina contra as mulheres na sociedade africana e no meio da organização familiar, assim como no âmbito econômico, político e cultural. Por conta disto, observa-se que essa substituição ou mudanças das sociedades africanas de origem matrilinear para o patriarcal, foi um sistema implantado em África pelos europeus, o que coloca posteriormente os homens em espaços de privilégios ocupando posição que dantes eram dirigidas por mulheres, essa transição afetou da mesma forma a peculiaridade da família africana e na ascendência da mãe que era levada em consideração para a transferência do nome, bens, e para fazer parte de uma clã ou camada social (NASCIMENTO, 2008; OYĚWÙMI, 2005).

Já no período pós-independência, passando alguns anos, as mulheres africanas começaram a reivindicar os lugares públicos e mudanças nas sociedades africanas em decorrência do aumento das influências políticas e socioculturais. A necessidade de ocupar lugares de destaque nos espaços públicos estava em evidência, a arte de liderar era um dom já nascido com elas, porque historicamente quando se pensava em líderes dos espaços privados, as mulheres vinham em primeiro lugar, com isso a figura de líder dos espaços privados era exclusivamente pertencente às mulheres:

[...] A história da África conhece várias rainhas guerreiras, estadistas que em vários momentos enfrentaram a arena militar e política, os escravistas e colonizadores europeus...exemplos não configuram casos isolados, mas confirmam uma tradição que nasce de profundas raízes históricas e culturais. Trata-se de um sistema social e político matrilinear, que caracteriza a civilização africana desde os seus primórdios. (NASCIMENTO, 2008, p. 79).

Foi com muita luta que ao longo do tempo as mulheres conquistaram alguns espaços e mudaram um pouco esta realidade. Obrigando os espaços públicos criarem um mecanismo de mapeamento das estruturas normativas para a igualdade de gênero como forma de dar mais oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho. No entanto, as mulheres ocupam nas ações de lutas para reconhecimento efetivação desse direito. Assim sendo, a liderança feminina africana passa a ser reconhecida como um espaço conquistado pelas mulheres e não relegado pelos homens.

Atualmente a participação feminina africana em cargos de liderança é fruto das transformações ocorridas na sociedade e no ambiente de trabalho. Entretanto, as mulheres africanas enfrentam vários obstáculos através de uma hierarquização autoritária centralizada na dominação masculina e apesar de muitas mulheres estudarem mais que os homens ainda continuam enfrentando impedimento para ocuparem posição de liderança e quando ocupam elas estão lá apenas como figurante e não autônoma.

Contudo, para Oyěwùmí (2000) apesar das epistemologias das mulheres africanas contribuíram muito para a igualdade de gênero, emancipação da mulher mediante os seus esforços e saberes em busca da liberdade, ainda existe um vazio das vozes feminina na política e nas tomadas de decisões, portanto, a participação tem sido vista como lenta porque a presença feminina nos cargos de liderança ainda é restrita.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A UNIÃO AFRICANA

Antes de adentrar sobre a construção da União Africana (UA) e posteriormente sobre mulheres africanas na União Africana, é relevante falar do elemento ideológico basilar para a formação da UA, que já estava presente na OUA, o “pan-africanismo”.

A Organização de Unidade Africana vinha sendo preconizada desde a época de Kwame Nkrumah, ou seja, no Pan-africanismo. Segundo Lopes (2011) o pan-africanismo é entendido como uma ideologia nacionalista orientada pelas massas em prol da libertação do continente africano” que foi construída entre os anos 1950 e 1965 pelo intelectual Kwame Kkrumah, por meio das ações e declarações políticas.

Nkruman conseguiu reunir vários dirigentes africanos e movimentos de libertação em prol da libertação completa e unificada do continente africano. Ao protagonizar a luta e conquista da independência do Gana, criaram as bases para a criação da Organização da Unidade Africana, que objetificam a independência política e organização dos movimentos de libertação (SILVERIO, 2013).

Na necessidade da erradicação do colonialismo, na luta contra o apartheid, das transformações mundiais e na necessidade da (re) construção dos Estados colonizados, foi pensada isso em 1960 diante da conjuntura atual a construção de uma integração continental para fortalecer essa luta pelas independências, portanto, em 1963 foi oficialmente intitulada a Organização da Unidade Africana (OUA).

Com isso, para Silva (2023), a OUA através de uma ajuda planejada conseguiu unificar e fortalecer a causa pan-africanista. Os novos Estados independentes compreendiam que todos os Estados africanos tinham o dever de ajudar os povos dependentes da África que lutam pela liberdade e independência.

A criação da OUA e do comitê africano de libertação aumentou a confiança, otimismo, a determinação e a combatividade dos nacionalistas africanos, o que rendeu na década de 1970 a libertação das colônias portuguesas em África (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique). A OUA foi substituída pela União Africana (UA) em 2002, porque não estava respondendo aos desafios dos países membros:

Os anos foram passando, as atividades desta instituição foram sendo pouco eficazes aos conflitos, mudanças que impulsionaram mais desenvolvimento, a subalternização gerada pelos pressupostos da guerra fria, crises alimentícias e as consequências geradas pelas correspondências frágeis entre os Estados e as sociedades africanas, levaram as grandes crises no continente. (SILVA, 2013, p. 49).

Nesta senda, Haffner. Viana (2013) enfatiza que essas ideias teriam sido reforçadas na 36 sessão da conferência ordinária dos chefes de Estados e de governo da Organização da União Africana, realizada entre 12 a 14 de julho de 1999, em Argel. Atentos na promoção de um maior fortalecimento da OUA na globalização, no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do Milênio, os líderes africanos se reuniram entre 8 e 9 de setembro de 1999, em Sirte, na Líbia, onde optaram pela substituição da OUA.

Conforme argumentado pelo Joilson Silva (2013), vimos uma transição entre os anos de 1999 a 2002 com a dissolução da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1999, devido a sua pouca eficiência nas resoluções dos problemas dos países membros que a compõem. Sendo efetivada a substituição da Organização da Unidade Africana (OUA) para União Africana (UA), em 2002 em Durban:

Os múltiplos e complexos desafios que, ao longo das décadas se apresentaram a OUA-econômicos, sociais e políticos, estão na raiz do seu acaso e da sua posterior mutação institucional: em 09.09.1999 uma secção extraordinária da conferência dos chefes de Estado e governos da OUA, realizada em Sirte, na Líbia, resultou na decisão de se estabelecer, em seu lugar, a novel UA. Assim, em julho de 2000, os Estados adotaram

o Ato constitutivo da União Africana, no encontro de Lomé, capital do Togo. Posteriormente, no encontro de Lusaka, capital da Zâmbia, em 2001, estabeleceu-se o programa para a instalação da entidade. Em 2002, o encontro de Durban, na África do Sul, resultou no lançamento oficial da UA. No mesmo ano, ocorreu a primeira sessão da conferência dos chefes de Estados e de governo na nova instituição. (NADER, 2008, p. 226).

Esta conferência culminou com a declaração de Sirte, documento que estabeleceu a proclamação da UA chamando para esta entidade a responsabilidade de gerir os assuntos do continente. A ata constitutiva foi adotada na cúpula de Lomé em 2000, entrando em vigor em 25 de maio de 2001 em Lusaka, mas seu lançamento oficial ocorreu em Durban (África do Sul) no dia 9 de julho de 2002 com sede em Adis Abeba (Etiópia). Ela foi efetivamente lançada, tendo como objetivo ser uma resposta ao contexto pós-guerra fria e uma continuação da integração econômica iniciada pela OUA.

“A criação da UA no lugar da UAO é considerada uma ruptura importante nas relações externas dos países do continente, na medida em que a instituição da nova organização se reduz na esperança das elites locais de modificar as estruturas existentes” (HAFFNER; VIENA, 2013, p. 2).

A União Africana foi criada, política e juridicamente, marcando uma nova era para o continente africano. Compõem a UA todos os Estados africanos à exceção do Marrocos. Com a admissão da República Árabe Saharaui Democrática não reconhecida pela ONU a organização totaliza 54 membros.

Portanto, segundo Joílson Silva (2013) a União Africana é uma organização internacional de Estados da África, constituída por 54 países que visa a integração e cooperação do continente nos mais diversos aspectos. Surgiu de processos históricos de evolução dos diversos planos de integração intra-africano e também como resposta aos novos desafios impostos aos Estados deste continente. “A organização internacional representa um esforço das nações de se unirem no sentido de se estabelecer o chamado multilateralismo em oposição ao bilateralismo dos Estados de cooperação e competição” (SISTE, 2008, p. 103).

Todo aparato institucional em volta da União Africana, faz com que ela desempenhe um papel importante de liderança no continente no que diz respeito a harmonização e racionalização de políticas, na paz e segurança, desenvolvimento socioeconômico, erradicação da pobreza, proteção dos direitos humanos e questões ligadas a igualdade e equidade de gênero.

2.2 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AFRICANAS NA UNIÃO AFRICANA

A liderança feminina tem se consolidado como uma força transformadora no continente africano, especialmente na União Africana. As mulheres têm conquistado espaços de destaque em posições de poder e influência, enfrentando desafios históricos e culturais para moldar um futuro mais inclusivo e equitativo para o continente.

A eleição de Nkosazana Dlamini-Zuma como primeira mulher a presidir a comissão da UA, em 2012, e outras como Bineta Diop; Gertrude Mongella; Speciosa Wandira-Kazibwe; Amina Mohamed marcaram momentos históricos, não apenas para a organização, mas para todo o continente. Suas lideranças simbolizaram o reconhecimento da importância das mulheres nos processos decisórios e abriram caminho para que outras seguissem o mesmo trajeto.

No entanto, a presença feminina na liderança vai além de cargos formais na UA. Mulheres líderes em diversas esferas têm sido protagonistas em áreas como mediação de conflitos, governança e direitos humanos. Em missões de paz lideradas pela UA, mulheres têm desempenhado papéis centrais, trazendo perspectivas inclusivas e promovendo soluções duradouras em contextos de guerra e reconstrução. Esse protagonismo destaca a capacidade das mulheres de liderar processos complexos com sensibilidade, visão estratégica e compromisso com o bem-estar coletivo.

A participação das mulheres africanas na UA reflete o compromisso da organização com a igualdade de gênero e o empoderamento feminino como elementos fundamentais para o desenvolvimento do continente. O papel das mulheres na liderança africana reflete o poder transformador da inclusão e a importância de garantir que suas vozes sejam ouvidas.

A União Africana (2018) reconhece a igualdade de gênero como um dos direitos humanos fundamentais e como parte integrante da integração regional, do crescimento econômico e do desenvolvimento social. A UA está, por isso, empenhada em remover todas as formas de desigualdades de gênero a nível regional e nacional por meio de políticas, objetivos e ações derivadas de instrumentos internacionais, continentais e regionais legalmente vinculados. Portanto, o objetivo máximo da União Africana é ser um continente pacífico, próspero e integrado.

Segundo o presidente da Comissão da União Africana, as questões relativas a gênero estão incluídas no Artigo 4 (L) do Ato Constitutivo da União Africana. Assim sendo, em 2018, foi criada a estratégia para a igualdade de gênero e empoderamento da mulher que será implementada entre 2018 a 2027.

No entanto, veremos que esta decisão da UA está ligada não apenas ao papel de vanguarda das mulheres africanas na conquista da independência e na promoção do desenvolvimento socioeconômico do continente, mas também ao reconhecimento, por todos, de que o futuro de África está intimamente ligado à nossa capacidade de explorar o potencial que as mulheres representam. (União Africana):

O debate já não está centrado somente na pertinência dos nossos esforços sobre este assunto, como elemento essencial para a realização da agenda 2063 e dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), mas também em medidas concretas que implementamos com vista a traduzir plenamente em factos os compromissos políticos e jurídicos assumidos pelo Estados membros (UNIÃO AFRICANA, 2018, p. 6).

Durante o anúncio da década da mulher africana, a União Africana criou várias estratégias e ações específicas para a implementação de políticas públicas para uma melhor inserção da mulher africana como: a década da mulher africana proposta em dezembro de 2008, para vigorar no período de 2010-2020.

Na ocasião, os ministros para gênero e assuntos femininos da União Africana pediram a todos os membros da organização para declararem a década da mulher africana. Portanto, essa década estava focada em 10 metas principais com o objetivo de alcançar a igualdade de gênero e promover a capacitação das mulheres africanas.

Temos também o plano de implementação de dez anos da Agenda 2063, que visa o empoderamento pleno das mulheres em todas as esferas, com iguais direitos sociais, político e econômicos, incluindo os direitos a possuir e herdar, a eliminação da violência e discriminação de gênero contra mulheres e raparigas, não obstante, a afiliação política, religião, etnia, localidade, idade ou outros fatores.

Com isso, veremos que, essa decisão da UA de criar políticas públicas e estratégias para a maior inserção da mulher e ascensão nos cargos de decisões na União Africana é porque percebe o papel primordial que desempenha do ponto de vista continental e internacional. A igualdade de gênero constitui um dos objetivos da União Africana.

A legislação, a jurisprudência e as alterações aos tratados contribuíram, ao longo do tempo, para consolidar este princípio e a sua aplicação na instituição. O parlamento da UA tem sido um acérrimo defensor do princípio da igualdade de gênero.

A União Africana pretende desafiar os estereótipos de gênero que afetam as mulheres em diferentes esferas da vida, incluindo escolhas profissionais, e tomada de decisões. A UA tem dado um contributo decisivo para a promoção da igualdade em todo o espaço, objetivo que

tem contado com o apoio firme dos países do continente. Nos últimos anos foram dados passos importantes para que a UA seja um espaço de igualdade de direitos e oportunidades.

Portanto, para uma maior adesão os governos se comprometeram a criar caso de mudanças a fim de mudar a imagem das mulheres africanas nas sociedades. A força das estratégias é juntar todos os compromissos existentes e alinhá-los com a Agenda 2063 e os objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030. A estratégia previa um continente em que mulheres e raparigas, rapazes e homens tinham igual voz, escolha e controlo sobre as suas vidas. As prioridades-chave incluem:

Uma alteração conceptual das necessidades práticas para a necessidade estratégicas das mulheres; um quadro de igualdade de género, empoderamento da mulher e direito da mulher. Acabar com o casamento infantil, violência de género e práticas tradicionais danosas. Erradicar a mortalidade materna evitável, o HIV e a Sida, e garantir serviços SRHR amigáveis acessíveis, baratos e amigáveis. Assegurar acesso igual das mulheres a recursos produtivos, incluindo mineração, terras, crédito, e TIC, e formação em disciplinas STEM. Garantir o pagamento igual por trabalho de igual valor; reconhecer e recompensar o trabalho não pago das mulheres. Melhorar a participação eficaz das mulheres em e através de instituições públicas, nos media e nos novos media. Encolher homens e rapazes e a juventude na luta pela igualdade de género. Construir fortes sistemas de gestão de género incluindo orçamento de género a todos os níveis. (UNIÃO AFRICANA, 2018, p.4)

Estas prioridades foram identificadas em nove oficinas consultivas e uma vibrante discussão, que a estratégia deve ser lida junto com o quadro de resultados que estabelece os alvos indicadores de género acordados na Agenda 2063 e os ODS, bem como o plano operacional, que identifica ações a serem adotadas em todos os níveis continental, regional e nacional. Também deve ser acompanhada pela avaliação de necessidade da capacidade e pela estratégia que comunica para garantir que o género é refletido na e através da Agenda 2063.

Percebe-se que ainda existem muitos entraves que impedem a realização plena da igualdade de género, tais como: o acesso desigual à educação, falta de equidade no mercado de trabalho, falta de proteção legal, desigualdades salariais, representatividade nos espaços públicos, violência, mentalidade social, fatores estes que têm culminado com alta taxa de desigualdade de género.

A análise sócio-cultural, política e económica do continente mostra que as desigualdades de género ainda persistem em todas as esferas. As mulheres e raparigas enfrentam desafios no acesso a direitos legais, educação, saúde e recursos económicos, entre outros. Apesar dos esforços que foram feitos pelos Estados membros para melhorar a sua situação, várias restrições técnicas, socioculturais e económicas específicas contam para o estado desta situação. Existiram melhorias nas políticas de género nacional, estruturais, orientações, planos de ação e programas que endereçam as desigualdades de género, constituindo consciência sobre a igualdade de género, análise de género e convencionalismo a níveis nacionais e regionais. Apesar

destes esforços, a implementação fica aquém dos compromissos afirmados (UNIÃO AFRICANA, 2018, p. 6).

Entretanto, os avanços registrados, nem todas as mulheres beneficiam da segurança e da igualdade, pelo que para atingir esses objetivos muito trabalho tem que ser realizado. Com isso, podemos perceber que esses entraves se materializaram com a invasão colonial e pós-colonial que incutiram nas sociedades africanas ideologias machistas em que as mulheres são seres subordinados.

Portanto, segundo Nah Dove (1998) desde o surgimento da humanidade as sociedades no continente africano eram matriarcais, entretanto, com o tempo, com o processo de migração dos povos para o clima do norte produziu sociedades patriarcais centradas no sexo masculino.

Hoje em dia, observa-se na política a grande adesão da participação feminina africanas atuando e exercendo diversas funções nas instituições estatais como: presidentas, ministras, governadoras, advogadas, deputadas, líderes comunitárias e em organizações sociais.

Entretanto, podemos ver que muitas dessas mulheres influenciaram/influenciam as outras como educadoras, empresárias, empreendedoras e entre outras que estão desempenhando papéis importantes na sociedade, em luta pela defesa da igualdade e equidade de gênero, patriarcado e de qualquer atitude de violência contra as mulheres.

2.3 DIPLOMACIA E AS COSMOSENSAÇÕES AFRICANA: ENTRE A TRADIÇÃO E OS DESAFIOS DA MODERNIDADE

A luta pela libertação política das mulheres africanas começou no período das guerras pelas independências de vários países africanos, nos quais foram criados vários movimentos de mulheres que lutaram ao lado dos homens e contribuíram para a conquista da independência. A ativa participação das mulheres resultou de ligas feministas dentro dos movimentos de libertação.

A análise sobre a participação política das mulheres africanas na diplomacia, concretamente na perspectiva africana, nos remete à importância de resgatar/falar do papel determinante que diversas mulheres africanas tiveram durante a luta do processo de libertação do continente africano.

Segundo Nascimento (2008), essas mulheres corajosas e empoderadas não se restringiram apenas à participação no poder junto com os homens, mas também decidiram sobre as questões políticas, administrativa, economia e culturais. Posteriormente, seu contributo foi

marginalizado/ignorado/inviabilizado no período pós-colonial e conseqüentemente as suas vozes foram silenciadas nas configurações da construção do Estado-Nação.

A proibição da inserção da mulher na política se deu em diversos continentes, e sempre com a mesma alegação de que o espaço não era para elas. Neste sentido, salienta-se que a idealização do Estado por uma figura masculina foi amplamente imposta e apoiada durante anos (SALVATERRA, 2019, p. 33). Contudo, as mulheres têm vindo quebrar barreiras que as mantêm separadas dos altos cargos executivos.

A diplomacia é entendida como um instrumento que os Estados utilizam para a resolução de interesses políticos, econômicos, sociais e culturais. Neste aspecto, é uma instituição fundamental na reconciliação e harmonização na interação dos diversos atores no sistema internacional. “Sendo assim, a diplomacia tem sido um instrumento tradicionalmente usado como uns dos pontos centrais no mundo político internacional, se relacionando com a política externa dos Estados (SALVATERRA, 2019, p. 24):

A Diplomacia tem uma grande tarefa dentro do Estado, a citar: 1)comunicação, uma atividade política da mais alta importância já que a diplomacia é considerada como detentora da capacidade de ser a força da satisfação e cautela; 2)negociação, geralmente de extrema complexidade e onde os custos advindos são muito grandes; 3)participação em instituições multilaterais, parte importante de qualquer política exterior onde os Estados e atores não estatais precisam saber se conduzir em um ambiente que quer um balanço dos interesses nacionais com os propósitos das organizações não governamentais; 4)a promoção de bens econômico, muito importante, haja vista que surge da necessidade de galgar a prosperidade nacional e de conduzir a política externa do país (HILL, 2003, p. 19).

No caso do continente africano, podemos observar que a diplomacia é um assunto literalmente novo, ainda mais quando se trata das mulheres africanas na diplomacia. Sendo assim a participação das mulheres na diplomacia, percebe-se que existem barreiras, nos exercícios e a superação dessas neste âmbito.

Segundo a historiografia da União Africana podemos observar que sempre existiu pouca representatividade das mulheres no corpo diplomático, o que torna preocupante a forma como as mulheres são afastadas nos lugares de decisões políticas, principalmente na diplomacia, ocupada majoritariamente por homens.

Portanto, apesar das transformações positivas social, a política ainda continua a ser um espaço dominado por valores e atitudes patriarcais, tanto que, durante a pesquisas realizadas em busca de quais seriam as primeiras mulheres diplomatas na União Africana, foram encontradas apenas 10 mulheres africanas, após 21 anos da fundação da União Africana.

Estas mulheres são: Margareth Kenyatta-1928 (Quênia); Elizabeth Nyobongo-1936 (Uganda); Halima Embarek Warzazi-1993 (Marrocos); Jeanne Martin Cissé-1926-2017 (Guiné-Conacri); Adama Ba Konaré-1947 (Mali); Angie Elizabeth Brooks Randolph-1928-2007 (Líbia); Madina Ly-Tall 1940 (Mali); Antoinette Batumubwira-1956 (Burundi); Pumla Kisosonkole-1911-1997 (Uganda). Recentemente foi a médica e diplomata Nkosazana Dlamini Zuma, da África do Sul, a primeira mulher a chefiar a Comissão da União Africana. No que tange a diplomacia na perspectiva africana, podemos ver, que, a participação das mulheres na diplomacia, sofreu e vem sofrendo várias modificações significativas.

As mulheres têm se mobilizado para expandir seus espaços de participação na vida política, social, econômica e cultural nas sociedades, ampliando suas vozes e assim combater a estrutura patriarcal enraizada na sociedade. Interessa observar que historicamente as mulheres africanas sempre tiveram visibilidade.

Segundo Anta Diop (2014), a família africana, na sua grande maioria, foi historicamente estruturada pela matrilinearidade onde as mulheres eram as protagonistas e exerciam papéis relevantes na sociedade. No entanto, ainda de acordo com Diop (2014), essa dinâmica foi desestruturada pela colonização europeia e por outros fatores externos como o advento de religiões que passaram a predominar no continente, tais como: Islão e Cristianismo

Portanto, este sistema patriarcal ainda persiste nas sociedades africanas, onde as mulheres são subordinadas e manipuladas desde a nascença. Em algumas sociedades africanas o sistema patriarcal ainda tem um grande potencial, condicionando assim as mulheres aos espaços públicos. Porém, apesar de tantos desafios, as lutas das mulheres por um espaço representativo nas esferas públicas, doméstica e internacional vem crescendo, tendo como aspecto central a busca pela igualdade de oportunidades e equilíbrio de poder. Hoje em dia, observa-se a grande adesão da participação das mulheres nos espaços públicos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aborda a União Africana como uma instituição promotora da integração regional, com destaque pela igualdade de gênero propiciada pela organização. Destaca-se o papel central da discussão sobre a defesa de gênero no âmbito da União Africana.

No entanto, diante de tudo que foi mencionado, observar-se que as mulheres africanas historicamente desempenharam papéis relevantes na liderança. Esse protagonismo foi

deturpando durante o período colonial, com a chegada dos colonizadores, implantando assim o sistema patriarcal que é vigente até os dias de hoje em várias sociedades africanas.

O processo de luta pela colonização e libertação dos países africanos relegaram as mulheres à posição de subalterna, mesmo após as independências, houve um apagamento e invisibilização das suas contribuições. Esse cenário contribuiu/contribui, para a restrição de seu acesso a posições de liderança.

É essencial enfatizar que a promoção do acesso das mulheres africanas no cargo de liderança e decisão, se não articulada com processos de libertação, reconstrução, resistência e troca de experiência entre as mulheres, pode resultar apenas em aumento numérico, sem alterar profundamente a ordem estabelecida. Isso impede uma transformação social efetiva e radical.

Na conjuntura contemporânea, temos visto lutas silenciosas e persistente das mulheres africanas pela recuperação de espaços que lhes foram retirados. Hoje, temos vozes e somos ouvidas, as mulheres estão empenhadas na conquista da liberdade de serem quem realmente são.

Ao longo do tempo, a participação feminina na organização da União Africana sofreu modificações significativas, trazendo visibilidade às especificidades e desafios relacionados a liderança e às questões de gênero. Atualmente, a dinâmica organizacional da UA está em transformação. A competitividade no ambiente de trabalho e a emergência de uma nova cultura profissional têm tornado insustentável a exclusão das mulheres da hierarquia organizacional.

As novas configurações sociais têm favorecido a consolidação de cenário mais propícios à liderança feminina. Ademais, as epistemologias emergentes do sul global, especialmente as que tratam da liderança e do papel das mulheres africanas, oferecem novas perspectivas e mais alinhadas as realidades locais. Essas novas propostas de conhecimento desafiam os paradigmas tradicionais e ajudam a construir visões que valorizam as especificidades da mulher africana e seu protagonismo em contextos de liderança, longe de análises pautadas por realidades que ignoram as particularidades do continente africano.

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: Introdução a uma ideia. Ensaios filosóficos, volume XIV-Dezembro/2016.

BIOGRAFIA DE MULHERES AFRICANAS. Acessado em 15/06/2023
<https://www.ufrgs.br/africanas/tag/diplomatas/>.

CORREIA, Nilsio Gomes. Ativismo feminino em África: Dinâmicas e Perspectivas. Revista África e Africanidade. 2020.

DIOP, Cheikh Anta. Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Edições Pedagogo, 2014.

DOVE, NAY. Mulherisma africana: uma teoria afrocêntrica. Jornal de estudos negros. Vol..28.1998.

Haffener, Jaqueline. Viana, Genivone. UNIÃO AFRICANA (U.A): DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA INTEGRAÇÃO Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | Vol. 4, nº. 20 | Out. Nov 2013.

LAUER, Helen; AMYIDOHO, Kofi. O Resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas. Brasília: FUNAG, 2016.

NADER, A. União africana Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia. Curitiba: Juruá, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. A Matriz Africana no Mundo. São Paulo: Selo Negro.2008.

NUNES, Tailane Santana. Pan-africanismo e libertação: A luta anti-colonial de Abdias do Nascimento. Revista: Idealongando,2018.

OYEWUMI, Oyeronke. A invenção da mulher: Uma perspectiva africana sobre discursos ocidentais de gênero. INCOMPLETO

OYEWUMI, Oyeronke. Laços familiares/ligações conceituais: Notas africanas sobre epistemologias feministas. Tradução para uso didático: Aline Matos da Rocha . Sings: Feminisms at a Millennium . Summer , vol.25 , n.4.2000, P.1993-1998.

OYEWUMI, Oyeronke. Conceituando o gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para o uso didático de: Oyewumi, Oyeronke. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, P.1-8 POR Juliana Araújo Lopes.

SANCA, Naentren Manuel Oliveira. Inserção da mulher na carreira diplomática em Guiné-Bissau. Trabalho de Conclusão de Curso. UNILAB. São Francisco do Conde, 2019.

SALVATERRA, Sara Cristina Semedo Fortes Jerônimo. Mulheres na diplomacia contemporânea: Desafios e perspectivas nas relações internacionais. Trabalho de Conclusão de Curso. UNILAB. São Francisco do Conde, 2019.

SILVA, Joílson de Araújo Martins. União Africana: Desafios políticos e perspectiva de cultura no limiar do século XXI. São Paulo,2013.

UNIÃO AFRICANA. Estratégia da união africana para a igualdade de gênero & empoderamento da mulher (geve). Disponível em:

file:///C:/Users/MY%20GOD%20IS%20GOOD/Downloads/36817-doc-52569-au-por_web.pdf. Acesso em 15 de junho de 2023.

UNIÃO AFRICANA. Acto constitutivo da união africana. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/treaties/7758treaty0021__CONSTITUTIVE_ACT_OF_THE_AFRICAN_UNION_P.pdf..acessado em 15 de junho de 2023.

UNIÃO AFRICANA. Proposta dois: Estratégia de gênero da União Africana (2018-2027).

Disponível em

<https://www.google.com/search?q=em+que+ano+foi+lancado+a+PROPOSTA+DOIS+Estrat%C3%A9gia+de+G%C3%A9nero+da+Uni%C3%A3o+Africana&oeq=em+que+ano+foi+lancado+a+PROPOSTA+DOIS+Estrat%C3%A9gia+de+G%C3%A9nero+da+Uni%C3%A3o+Africana&aqs=chrome..69i57.34185j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>
acessado em 20 de junho de 2023

VILELE, Josimara Araújo. Liderança feminina: A ascensão das mulheres para cargo de liderança nas organizações. São Paulo, 2015.

UFRGS. Bibliografia de Mulheres Africanas. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/africanas/tag/diplomatas/>. Acesso em 17 de junho de 2013.